



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CAMPINA DO SUL - PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA
DO SUL - PARANÁ

Profissional de Apoio Escolar

EDITAL DE ABERTURA PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO Nº. 01/2025

CÓD: SL-098AG-25
7908433281702

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto	7
2. Reconhecimento de frases corretas e incorretas	8
3. Interpretação de Linguagem Não Verbal (tabelas, quadrinhos, fotos, charges, etc)	9
4. Significação de palavras e expressões; Sinônimos e Antônimos	10
5. Reescrita de Frases ou Textos	12
6. Ortografia Oficial (conforme Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa/2009)	13
7. Acentuação Gráfica	15
8. Divisão Silábica; Encontros vocálicos e consonantais	16

Matemática

1. Operações numéricas básicas: adição, subtração, divisão e multiplicação	29
2. Resolução de situações-problema	30
3. Regra de três simples	33
4. Porcentagem	33

Conhecimentos Específicos Profissional de Apoio Escolar

1. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de janeiro de 2008; Conceitos de deficiência	37
2. Noções de primeiros socorros na faixa etária das crianças assistidas	44
3. Constituição Federal, na parte referente à Educação (artigos 205 a 214)	67
4. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)	71
5. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente)	90
6. Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência)	129
7. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA)	146
8. Parecer CNE/CP nº 50, de 05 de dezembro de 2023	148
9. A Lei Estadual nº 21.964, de 15 de julho de 2024 (Código Estadual da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA)	148

Conhecimentos Gerais

1. Atualidades no Brasil	167
2. Conhecimentos gerais sobre o Estado do Paraná e o Município de Campina Grande do Sul	167

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Alternativa A – Correta: A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

Alternativa B – Incorreta: O complemento “mais ou menos severas” refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que “as leis podem ser mais ou menos severas” não tem respaldo no trecho fornecido.

Alternativa C – Correta: O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

Alternativa D – Correta: O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.

Alternativa E – Correta: A expressão “educação para todos” inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente expresso no texto.

Resposta: Letra B.

RECONHECIMENTO DE FRASES CORRETAS E INCORRETAS

A redação é uma habilidade que requer prática constante e atenção aos detalhes. Um dos principais desafios para os escritores é o confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas. Afinal, uma única palavra mal colocada ou uma pontuação equivocada podem alterar completamente o sentido de uma frase.

Para evitar erros de gramática, ortografia e pontuação, é importante estar atento às regras básicas da língua portuguesa e praticar a leitura e escrita constantemente. Neste texto, abordaremos algumas dicas para confrontar e reconhecer frases corretas e incorretas.

— O papel da gramática na escrita

A gramática é a base da escrita. Dominar as regras gramaticais é fundamental para a construção de frases corretas e para a compreensão das estruturas da língua. Além disso, a gramática também ajuda a tornar a escrita mais clara e precisa.

Porém, é importante lembrar que a gramática não é a única responsável pela qualidade da escrita. A criatividade, a originalidade e a capacidade de comunicação do autor também são fundamentais para a escrita de um bom texto.

— Reconhecendo erros gramaticais

Para confrontar e reconhecer frases corretas e incorretas, é preciso conhecer as principais regras gramaticais. Alguns dos erros mais comuns na escrita são:

– **Erros de concordância:** quando o sujeito e o verbo não concordam em número ou pessoa.

Exemplo: “O menino fomos ao cinema”.

– **Erros de ortografia:** quando as palavras são escritas de forma incorreta.

Exemplo: “Casa branca” ao invés de “Casa Branca”.

– **Erros de pontuação:** quando os sinais de pontuação são utilizados de forma equivocada.

Exemplo: “Eu gosto de pizza, batata frita e refrigerante.” ao invés de “Eu gosto de pizza, batata frita, e refrigerante.”

– **Erros de regência:** quando o uso da preposição é inadequado.

Exemplo: “Ele assistiu a filme” ao invés de “Ele assistiu ao filme”.

Para evitar esses erros, é importante ler bastante, praticar a escrita constantemente e buscar ajuda de ferramentas de correção de texto.

— A importância da revisão

Além de reconhecer erros gramaticais, é importante revisar o texto antes de entregá-lo. A revisão permite corrigir erros de digitação, verificar se as ideias foram expostas de forma clara e coerente, além de identificar possíveis repetições ou informações desnecessárias.

Para revisar um texto, é importante deixá-lo “descansar” por algumas horas ou até mesmo um dia, para que o autor possa ter uma visão mais crítica e objetiva sobre ele. Durante a revisão, é importante também utilizar recursos como o dicionário e a gramática, além de pedir ajuda de colegas ou profissionais especializados em revisão de texto.

— Conclusão

Confrontar e reconhecer frases corretas e incorretas é fundamental para a escrita de um bom texto. Dominar as regras gramaticais é importante, mas não basta para escrever com qualidade. É preciso também compreender a lógica da construção textual, a coesão e coerência das ideias e ter um bom repertório vocabular.

Por isso, é importante para quem está se preparando para um concurso público, ou mesmo para quem deseja aprimorar suas habilidades na escrita, dedicar-se a leitura de bons livros e a prática constante de produção textual. Além disso, é importante estar sempre atento às regras gramaticais, e reconhecer quando uma frase está incorreta ou não.

O confronto entre frases corretas e incorretas é uma prática que pode ajudar nesse processo de aprendizado e aprimoramento da escrita. Com a prática constante, é possível identificar com mais facilidade os erros e produzir textos de qualidade, que cumpram com eficiência os objetivos comunicativos.

MATEMÁTICA

OPERAÇÕES NUMÉRICAS BÁSICAS: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, DIVISÃO E MULTIPLICAÇÃO

As operações básicas da matemática são a fundação sobre a qual todo o conhecimento matemático é construído. Elas formam a base dos cálculos e são essenciais para a compreensão de conceitos mais avançados. A seguir, abordaremos as operações de adição, subtração, multiplicação e divisão, explorando suas definições e propriedades.

ADIÇÃO (+)

A adição é a operação que determina um número para representar a junção de quantidades.

Exemplo: $2 + 3 = 5$

Os números 2 e 3 são chamados de parcelas, e o número 5 é a soma.

Propriedades da Adição:

— **Propriedade Comutativa:** A ordem dos números não altera o resultado.

$$a + b = b + a$$

Exemplo: $1 + 2 = 2 + 1$

— **Propriedade Associativa:** A maneira como os números são agrupados não altera o resultado.

$$(a + b) + c = a + (b + c)$$

Exemplo: $(1 + 2) + 3 = 1 + (2 + 3)$

— **Elemento Neutro:** O zero é o elemento neutro da adição, pois qualquer número somado a zero resulta no próprio número.

$$a + 0 = a = 0 + a$$

Exemplo: $0 + 3 = 3$

— **Fechamento:** A soma de dois números naturais é sempre um número natural.

$$a + b \text{ é um número natural}$$

SUBTRAÇÃO (-)

A subtração é a operação que determina um número para representar a diminuição de quantidades.

Exemplo: $5 - 4 = 1$

Propriedades da Subtração:

— **Propriedade Não Comutativa:** A ordem dos números altera o resultado.

$$a - b \neq b - a$$

Exemplo: $5 - 2 \neq 2 - 5$

— **Propriedade Não Associativa:** A maneira como os números são agrupados altera o resultado.

$$(a - b) - c \neq a - (b - c)$$

Exemplo: $(6 - 4) - 1 \neq 6 - (4 - 1)$

— **Elemento Oposto:** Para cada número a , existe um número $-a$ tal que sua soma seja zero.

$$a + (-a) = 0$$

— **Fechamento:** A diferença de dois números naturais só é possível quando o minuendo é maior ou igual ao subtraendo.

$$a - b \text{ é um número natural se } a \geq b$$

MULTIPLICAÇÃO (×)

A multiplicação é a operação que determina a soma de parcelas iguais. Pode ser indicada por "×", "·" ou "*".

Exemplo: $4 \times 5 = 20$

Propriedades da Multiplicação:

— **Propriedade Comutativa:** A ordem dos fatores não altera o produto.

$$a \times b = b \times a$$

Exemplo: $2 \times 7 = 7 \times 2$

— **Propriedade Associativa:** A maneira como os fatores são agrupados não altera o produto.

$$(a \times b) \times c = a \times (b \times c)$$

Exemplo: $(3 \times 5) \times 2 = 3 \times (5 \times 2)$

— **Elemento Neutro:** O número um é o elemento neutro da multiplicação, pois qualquer número multiplicado por um resulta no próprio número.

$$a \times 1 = a = 1 \times a$$

Exemplo: $1 \times 4 = 4$

— **Elemento Absorvente:** O número zero é o elemento absorvente da multiplicação, pois qualquer número multiplicado por zero resulta em zero.

$$a \times 0 = 0 = 0 \times a$$

— **Distributiva:** A multiplicação é distributiva em relação à adição.

$$a \times (b + c) = (a \times b) + (a \times c)$$

Exemplo: $2 \times (4 + 6) = 2 \times 4 + 2 \times 6$

— **Fechamento:** O produto de dois números naturais é sempre um número natural.

$a \times b$ é um número natural

DIVISÃO (÷)

A divisão é a operação inversa da multiplicação e está ligada à ação de repartir em partes iguais. Pode ser indicada por “÷”, “:” ou “/”.

Exemplo: $8 \div 4 = 2$

Tipos de Divisão:

— **Divisão Exata:** O quociente é um número inteiro, e o resto é zero.

Exemplo: $8 \div 4 = 2$

— **Divisão não-exata:** O quociente não é um número inteiro, e o resto é diferente de zero.

Exemplo: $9 \div 4 = 2$ com resto 1

Propriedades da Divisão:

— **Propriedade Não Comutativa:** A ordem dos números altera o quociente.

$$a \div b \neq b \div a$$

Exemplo: $15 \div 5 \neq 5 \div 15$

— **Propriedade Não Associativa:** A maneira como os números são agrupados altera o quociente.

$$(a \div b) \div c \neq a \div (b \div c)$$

Exemplo: $(12 \div 6) \div 2 \neq 12 \div (6 \div 2)$

— **Elemento Neutro:** O número um é o elemento neutro da divisão, pois qualquer número dividido por um resulta no próprio número.

$$a \div 1 = a$$

Exemplo: $3 \div 1 = 3$

— **Divisão por Zero:** Não é definida, pois não há número que multiplicado por zero resulte em um número diferente de zero.

$a \div 0$ é indefinido

— **Fechamento:** A divisão de dois números naturais pode não ser um número natural.

$$5 \div 3 \notin \mathbb{N}$$

RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA

A resolução de problemas é um aspecto fundamental da matemática que envolve a aplicação de conceitos, fórmulas e raciocínio lógico para encontrar soluções para uma variedade de questões. Este processo não só aprimora a compreensão matemática, mas também desenvolve habilidades críticas de pensamento. A seguir, apresentamos um guia detalhado para a resolução de problemas matemáticos:

Compreensão do problema:

- Leia cuidadosamente o enunciado do problema e certifique-se de entendê-lo completamente.
- Identifique os dados fornecidos, as incógnitas a serem encontradas e as restrições dadas.

Planejamento:

- Decida quais métodos matemáticos ou fórmulas são relevantes para o problema.
- Use diagramas, gráficos ou tabelas para visualizar o problema.
- Se o problema for complexo, divida-o em partes menores e mais gerenciáveis.

Execução:

- Siga o plano desenvolvido e execute os cálculos necessários.
- Mantenha os dados e cálculos organizados para evitar confusões.
- Aplique o raciocínio lógico para seguir passo a passo até a solução.

Verificação:

- Verifique se todos os cálculos foram feitos corretamente.
- Certifique-se de que a solução atende a todas as condições do problema.
- Veja se a resposta faz sentido no contexto do problema.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Profissional de Apoio Escolar

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DEJANEIRO DE 2008; CONCEITOS DE DEFICIÊNCIA

Conhecer os princípios e práticas relacionados às deficiências e entender como agir adequadamente com crianças deficientes é uma habilidade essencial para educadores, profissionais de saúde e cuidadores. O respeito pela diversidade e a inclusão de crianças com deficiência em ambientes educacionais e sociais são aspectos críticos do desenvolvimento infantil.

— Conceito de deficiência

Uma deficiência é uma condição que limita uma ou mais atividades essenciais da vida diária de uma pessoa devido a uma alteração permanente ou de longo prazo em sua estrutura ou função corporal. As deficiências podem ser físicas, sensoriais, intelectuais, de desenvolvimento ou de saúde mental. É importante entender que a deficiência não define a identidade de uma pessoa e que cada criança é única, independentemente de suas capacidades.

— Inclusão e igualdade

A inclusão refere-se à prática de garantir que todas as crianças, independentemente de suas diferenças, tenham igualdade de oportunidades de acesso à educação, ao lazer, à participação social e ao desenvolvimento pleno. Isso implica reconhecer as necessidades individuais das crianças deficientes e adaptar ambientes e práticas para atender a essas necessidades.

— Atuação adequada com crianças deficientes

Conhecimento e Sensibilidade: educadores e cuidadores devem adquirir conhecimento sobre o tipo de deficiência que a criança possui. É fundamental ser sensível às necessidades e desafios específicos dessa criança.

Planejamento Inclusivo: desenvolver planos de ensino e atividades que sejam inclusivos, permitindo que todas as crianças participem ativamente. Isso pode envolver adaptações, como materiais acessíveis e estratégias de ensino diferenciadas.

Comunicação Eficaz: adaptar a comunicação para atender às necessidades da criança. Isso pode envolver o uso de linguagem de sinais, comunicação aumentativa e alternativa (CAA) ou adaptações de tecnologia assistiva.

Apoio de Profissionais de Saúde: coordenar e colaborar com profissionais de saúde, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas e outros especialistas para fornecer os melhores cuidados e apoio possíveis.

Promover a Autonomia: incentivar a criança a desenvolver habilidades de autocuidado e independência sempre que possível.

Atenção ao Bem-Estar Emocional: reconhecer que crianças com deficiência podem enfrentar desafios emocionais e sociais. Fornecer apoio emocional e criar um ambiente de aceitação e apoio.

Envolver a Família: trabalhar em estreita colaboração com a família da criança para entender suas necessidades e criar um ambiente de apoio consistente.

Conscientização e Combate ao Estigma: promover a conscientização sobre as deficiências e combater o estigma associado a elas. Isso ajuda a criar uma sociedade mais inclusiva.

Legislação e Políticas Inclusivas: conhecer as leis e políticas que promovem a inclusão e os direitos das crianças com deficiência, e aderir a elas.

A atuação adequada com crianças deficientes requer compreensão, empatia e compromisso com a igualdade de oportunidades. A educação inclusiva não apenas beneficia as crianças com deficiência, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Portanto, é essencial que educadores, profissionais de saúde e cuidadores estejam preparados para atuar de forma adequada e inclusiva com crianças deficientes.

— Recepção a alunos portadores de necessidades educacionais especiais, auxílio no transporte dos materiais e objetos pessoais

A recepção e o auxílio no transporte de materiais e objetos pessoais para alunos portadores de necessidades educacionais especiais (PNEE) são aspectos fundamentais da inclusão escolar.

A garantia de que esses alunos se sintam bem-vindos e possam acessar o ambiente educacional de forma eficaz é um compromisso importante para educadores e profissionais da escola.

Recepção de Alunos PNEE

Ambiente Amigável: a recepção começa com um ambiente escolar acolhedor e amigável. As escolas devem se esforçar para criar uma cultura de inclusão onde todos os alunos se sintam bem-vindos.

Conhecer as Necessidades: é fundamental que educadores e profissionais da escola conheçam as necessidades específicas de cada aluno PNEE. Isso pode incluir deficiências físicas, sensoriais, intelectuais, de desenvolvimento, entre outras.

Comunicação Eficaz: estabelecer canais de comunicação eficazes com os alunos PNEE e suas famílias é essencial. Isso permite que as necessidades sejam entendidas e atendidas.

Apoio Individualizado: para muitos alunos PNEE, pode ser necessário fornecer apoio individualizado, como intérpretes de língua de sinais, profissionais de terapia ocupacional, entre outros.

Orientações Claras: fornecer orientações claras sobre a estrutura da escola, localização de salas de aula, banheiros acessíveis, áreas de descanso, etc.

Treinamento do Pessoal: o pessoal da escola deve ser devidamente treinado em como receber e apoiar alunos PNEE. Isso inclui conhecimentos sobre suas necessidades específicas e técnicas de comunicação adequadas.

Auxílio no Transporte de Materiais e Objetos Pessoais

Acessibilidade Física: as escolas devem garantir que suas instalações sejam acessíveis a todos os alunos, incluindo aqueles com mobilidade reduzida. Isso envolve a presença de rampas, elevadores e banheiros acessíveis.

Apoio no Transporte de Materiais: quando necessário, os alunos PNEE devem receber assistência para transportar materiais, como mochilas, livros, equipamentos de apoio, etc.

Uso de Tecnologia Assistiva: para alunos com deficiências motoras ou de mobilidade, a tecnologia assistiva, como cadeiras de rodas motorizadas, pode ser usada para facilitar o transporte de materiais.

Armários e Materiais Adaptados: oferecer armários ou áreas de armazenamento adaptadas para alunos PNEE é uma maneira eficaz de ajudar no transporte de materiais.

Participação Ativa: incentivar a participação ativa dos próprios alunos no transporte de seus materiais, sempre que possível. Isso promove a independência e a autonomia.

A recepção adequada e o auxílio no transporte de materiais e objetos pessoais para alunos PNEE desempenham um papel importante na criação de um ambiente inclusivo e acolhedor nas escolas. Garantir que esses alunos tenham acesso a recursos e apoio é essencial para seu sucesso educacional e bem-estar. Isso requer compromisso, conscientização e ação coordenada por parte de educadores, profissionais da escola e toda a comunidade escolar.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

I – APRESENTAÇÃO

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

II- MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. Essa problematização explicita os processos normativos de distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em

CONHECIMENTOS GERAIS

ATUALIDADES NO BRASIL

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE ATUALIDADES

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato

como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE O ESTADO DO PARANÁ E O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL

— Origem do Nome do Estado do Paraná

O nome **Paraná** tem origem na língua geral, onde significa “rio”. No entanto, algumas fontes indicam que o termo deriva do guarani, sendo uma junção de:

- “**Para**” – que significa “mar” - “**Anã**” – que significa “que se parece/assemelha”

Dessa forma, Paraná poderia ser interpretado como “rio semelhante ao oceano”, possivelmente em referência à sua grande extensão.

— Aspectos históricos do Estado do Paraná

— **Pré-História e Povos Indígenas do Paraná** Os primeiros paleoíndios chegaram ao atual território do Paraná há aproximadamente 15 mil anos, conforme indicam vestígios arqueológicos encontrados em diversas regiões do estado.

Com o passar do tempo, e com o clima tornando-se mais quente e úmido, novos povos caçadores-coletores se estabeleceram na região. Entre esses grupos, destacam-se:

- Sambaquieiros - Tradição Humaitá - Tradição Umbu

Esses povos se fixaram no território paranaense há cerca de 10 mil anos.

— **Agricultores e Ceramistas Proto-Jê** Por volta de 4 mil anos atrás, grupos proto-jê, provenientes do Planalto Central Brasileiro, migraram para o Paraná. Esses povos eram agricultores e ceramistas, e com o tempo se miscigenaram com os caçadores-coletores já presentes na região.

Desses povos descendem os atuais caingangues e xoclengues.

– **A Chegada dos Tupi-Guaranis** Há cerca de 2 mil anos, os tupi-guaranis começaram a ocupar o Paraná. Inicialmente, eles se estabeleceram no norte e oeste do estado, expandindo-se posteriormente para o Planalto de Curitiba e o litoral.

O Paraná na Chegada dos Europeus No momento da chegada dos europeus, o território paranaense era ocupado principalmente por dois grupos indígenas:

– Guaranis (do tronco tupi-guarani) – habitavam o litoral e parte do interior. – Caingangues (do tronco macro-jê) – ocupavam a maior parte do interior do estado.

Esses povos possuíam modos de vida distintos e desempenharam um papel fundamental na história e na cultura indígena da região.

— Período Colonial do Paraná

1) Divisão Territorial e Expedições – Com a assinatura do Tratado de Tordesilhas (1494), o território paranaense ficou dividido: – Oeste de Paranaguá → pertencente à Espanha. – Litoral → sob domínio português. – No século XVI, o litoral do Paraná foi esporadicamente visitado por expedições em busca de madeira de lei.

2) Colonização Espanhola e a Região do Guairá – 1554: Os espanhóis iniciaram a colonização da região conhecida como Guairá, que abrangia grande parte do atual Paraná. – Fundação de Vilas Espanholas: – 1554 – Vila de Ontiveros, por Domingo Martínez de Irala (próxima ao Salto de Sete Quedas). – 1557 – Cidade Real do Guairá (confluência do Rio Piquiri com o Paraná). – 1576 – Vila Rica do Espírito Santo (atual Nova Cantu), realocada em 1589 para as margens do Rio Ivaí devido a um surto de varíola.

– Missões Jesuíticas: No final do século XVI e início do XVII, padres jesuítas espanhóis estabeleceram missões para catequizar e proteger os indígenas. – Sofreram constantes ataques dos bandeirantes paulistas. – 1629 – A maioria das missões foi destruída, restando apenas Loreto e Santo Inácio. – 1632 – Antônio Raposo Tavares cercou e destruiu Vila Rica, eliminando a presença espanhola na região.

3) Expansão Portuguesa e Descoberta de Ouro – No início do século XVII, com a descoberta de ouro no litoral e a escassez de indígenas para escravização, os bandeirantes paulistas passaram a colonizar o Paraná. – 1648 – Paranaguá foi elevada à condição de vila pelo bandeirante Gabriel de Lara, que também instalou uma casa de fundição. – 1649 – Eleodoro Ébanos Pereira encontrou jazidas de ouro nos Campos de Curitiba, levando à fixação de mineradores e à formação de povoações, como: – Vilinha – Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (elevada a vila em 1693, embrião da atual Curitiba).

4) Capitânicas e Administração Territorial – 1656 – Fundação da Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, substituindo a Capitania de Santana (que ia da Baía de Paranaguá até Laguna, em Santa Catarina). – 1820 – O oeste do Paraná foi oficialmente incorporado a Portugal, tornando-se parte da Província de São Paulo.

5) Declínio da Mineração e Crescimento do Tropeirismo – Desafios na extração de ouro: – Falta de conhecimento técnico. – Escassez de mão de obra indígena (exterminada ou deslocada). – Com a descoberta de ouro em Minas Gerais, a mineração paranaense entrou em declínio. – A economia local passou a focar

em: – Paranaguá → agricultura. – Curitiba → criação de gado, impulsionada pela demanda de alimentação e transporte dos mineradores das Minas Gerais.

– A construção do Caminho Viamão-Sorocaba fortaleceu a atividade do tropeirismo, que se tornou a base da economia paranaense nos séculos XVIII e XIX. – O Paraná se tornou um ponto estratégico para a criação e comercialização de mulas e gado. – O fazendeiro tropeiro se tornou a figura central da economia, dominando o comércio de tropas de gado.

— Período Imperial do Paraná **1) Formação da Comarca e Subordinação a São Paulo**

– 19 de fevereiro de 1811 – Fundação da Comarca de Curitiba e Paranaguá, subordinada à Capitania de São Paulo. – Após a independência do Brasil (1822), a região permaneceu como parte da Província de São Paulo. – 6 de fevereiro de 1842 – Curitiba foi elevada à categoria de cidade por meio de uma lei provincial paulista.

2) Criação da Província do Paraná – 29 de agosto de 1853 – O Imperador Dom Pedro II sancionou a Lei Imperial nº 704, desmembrando o Paraná da Província de São Paulo e criando a Província do Paraná. – Motivos para a criação da nova província: – Castigo a São Paulo por sua participação nas Revoltas Liberais de 1842. – Recompensa aos paranaenses pelo apoio à Revolução Farroupilha (1835-1845). – Interesse econômico no lucrativo cultivo da erva-mate. – Curitiba foi escolhida como capital da nova província. – 19 de dezembro de 1853 – Zacarias de Góis e Vasconcelos tomou posse como o primeiro presidente da província.

3) Desenvolvimento Econômico e Imigração – Além da criação de gado, havia um grande crescimento da produção de erva-mate, principal atividade econômica da região. – Para estimular o povoamento e o desenvolvimento econômico, iniciou-se um programa oficial de imigração europeia, com desembarque no Porto de Paranaguá. – Principais grupos de imigrantes: – Poloneses – Alemães – Austriacos – Ucrânios – Italianos

A imigração europeia teve um papel fundamental na colonização do Paraná, influenciando sua cultura e economia.

4) Crescimento e Construção de Ferrovias – No final do século XIX, a construção de ferrovias impulsionou o progresso econômico, facilitando: – O desenvolvimento da indústria madeireira. – O transporte da madeira de araucária das matas para os portos, como Paranaguá, e para São Paulo. – Em contrapartida, o fim do transporte de muas levou a uma crise na sociedade pastoril, afetando a economia baseada no tropeirismo.

A construção ferroviária marcou a transição para um Paraná mais industrializado e integrado ao mercado nacional.

— Período Republicano do Paraná

1) Proclamação da República e Primeira Constituição – 15 de novembro de 1889 – O Paraná se tornou um Estado da Federação com a Proclamação da República no Brasil. – Abril de 1892 – Promulgação da primeira Constituição estadual. – Durante o governo de Floriano Peixoto, o Paraná foi palco de conflitos como: – Revolução Federalista (1893-1894) – Conflitos entre legalistas e federalistas. – Revolta da Armada (1891) – Também teve repercussões no estado.

2) Guerra do Contestado (1912-1916) – Conflito entre moradores carentes e forças oficiais na região contestada entre Paraná e Santa Catarina. – O território era disputado pelos dois estados, e o conflito terminou em 1916.